

A questão social e os círculos operários do Recife

Carlos Miranda *

Resumo: O artigo aborda os movimentos cristãos junto aos operários no Brasil. A questão remonta à encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. No bojo dessa relação está a indissociabilidade entre os movimentos operários, a Igreja e o Estado contrapondo-se aos movimentos socialistas. Pernambuco foi o centro pioneiro dos círculos operários. Estes se processaram desde o início do século XX até o fim do Estado Novo, quando se observa seu declínio. O auge dos Círculos Operários acontece durante a ditadura Vargas em Pernambuco, sob a intervenção de Agamenon Magalhães.

Abstract: This article is about the Christian movements in the Brazilian labour class and it refers back to the Pope Leon XIII's encyclical *Rerum Novarum*. In the midst of these relations are the working class movements, the Church and the State - always against socialist movements.

The working class first gathered, established in circles or groups, in the State of Pernambuco. Those groups of workers used to meet from the beginning of the XX century to the end of the New State period. The meetings reached their peak during the dictatorship of Vargas in Pernambuco, under the intervention of Agamenon Magalhães.

A lém do campo meramente assistencial, outros movimentos cristãos marcaram presença em vários pontos do Brasil, realizando um trabalho de apostolado junto aos operários. Esses movimentos foram inspirados na encíclica de Leão XIII, "Rerum Novarum", que apontava soluções e caminhos para a Questão Social. Preparada de longe por movimentos católicos europeus, esta encíclica surgiu em 15 de maio de 1891. O momento histórico que levou Leão XIII, a tomar posição, foi o avanço das idéias socialistas. Na *Rerum Novarum*, o Papa analisa o pensamento socialista, qualificando-o de falso, porque pretende resolver os problemas da classe operária com a supressão da propriedade privada. Em sua opinião, uma tal medida seria prejudicial aos próprios operários, pois lhes privaria da livre disposição dos

* Departamento de História - UFPE

frutos do seu trabalho. E seria também injusta, porquanto possuir algo como coisa própria um direito natural dos homens. Seria igualmente subversiva, porque geraria ódios e extinguiria dos homens o estímulo para o trabalho. De acordo com a *Rerum Novarum*, existe uma desigualdade natural, necessária e conveniente ao homem. O capital e o trabalho devem viver em colaboração um com o outro, obedecendo aos princípios da caridade cristã. Confia a sorte dos trabalhadores à ação do Estado, que deve estabelecer leis para o repouso semanal; para a limitação da jornada de trabalho; para a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças; para o pagamento de um salário razoável, que permitisse ao trabalhador até a aquisição da casa própria. Recomendava a criação de associações de socorros mútuos e queria que os sindicatos se estruturassem na forma das antigas corporações de ofício¹.

No Brasil, as primeiras manifestações nesse sentido vão ocorrer em Pernambuco por iniciativa do industrial Carlos Alberto de Menezes, em 1900, quando, da realização do I Congresso Católico Brasileiro, em Salvador, onde apresentava sua tese sobre "Sociedade de Socorro Mútuo entre os Operários". Nela, o industrial sugere como solução dos males que afligem a classe operária os princípios inseridos na *Rerum Novarum*. De volta do Recife, Carlos Alberto reorganizou de imediato os serviços assistenciais a seus operários, fundando a "Corporação Operária de Camaragibe". A Corporação constituía-se de uma Parte Central e dois ramos distintos - A Sociedade Cooperativa e a Sociedade de Socorro Mútuo - ambas regidas por regulamentos próprio. A Parte Central da Corporação coube assistência religiosa, escolar, policial e diversional. À Sociedade de Socorro Mútuo coube benefícios como: assistência médica; medicamentos; enterro e sepultura; auxílios extraordinários em caso doença grave e acidentes de trabalho. Por fim, à Sociedade Cooperativa, coube prover os seus operários com o fornecimento de gêneros de consumo. Contava a Cooperativa com um armazém, loja de tecidos e roupas, padaria e açougue. Todos os operários da fábrica eram considerados seus associados fossem ou não seus acionistas.

A Cooperativa pelo seu caráter essencialmente católico, tinha como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus. A instrução educacional era feita por duas Congregações religiosas, especialmente trazidas da Europa, por Carlos Alberto de Menezes, para este fim. Os Irmãos Maristas ficaram encarregados da Escola Masculina; e as Irmãs da Sagrada Família, da Escola Feminina, às quais ainda hoje exercem essa mesma atividade educacional em Camaragibe .

No ano de 1902 realizou-se o I Congresso Católico Pernambucano, onde estudou-se temas sociais como: a organização Cristã na grande Indústria ou Fábricas Isoladas. A Solução Socialista e a Solução Cristã; e a

Organização Operária Cristã na Agricultura. Na sessão do dia 27 de julho, Carlos Alberto, presidente do Congresso, apresenta sua tese sobre a necessidade de ser criado um centro único de doutrinação e estudos, relativos às questões operárias. Para isso, sugere o industrial, a criação da Federação Cristã. Um mês depois, foram editados seus estatutos, que tinham por fim congregar, em torno de si, todas as Associações Operárias e Patronais com o objetivo de estabelecer relações harmônicas entre operários e patrões, A Federação era composta de uma Diretoria e um Conselho Central, o qual, em caso de litígio, se constituiria num "Tribunal de Arbitragem", e, havendo recurso da sentença, caberia ao presidente de honra, o Bispo Diocesano, a decisão final de caráter irrevogável. Influenciado pelas idéias do industrial, o Deputado pelo Estado da Bahia, Inácio Tosta, apresenta, ao Parlamento, um projeto sobre a formação de Sindicatos Agrícolas, que foi sancionado em janeiro de 1903. No mesmo ano, o engenheiro e companheiro de Carlos Alberto, Luiz Correia de Brito, funda o Sindicato Agrícola do Município de Goiana.

Posteriormente, em combinação com Carlos Alberto, Tosta apresenta ao Congresso um projeto de Lei sobre Sindicatos Profissionais e Cooperativas, subscrito por 15 entidades além da Federação, contando um total de 6.000 operários dos Estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, O projeto teve larga repercussão nos meios operários, mas só foi sancionado em 5 de janeiro de 1907, ficando conhecida pelo nome de Lei Tosta.

Apesar dos esforços dos primeiros líderes católicos, o movimento operário cristão, devido à falta de interesse tanto por parte dos patrões como dos operários, mal conseguiu firmasse. Mesmo assim, vão surgir outras associações operárias católicas no Brasil, durante a República Velha: na Paraíba, as Uniões Operárias em Campina Grande, Areia e Guarabira; no Ceará em ou outros estados nordestinos os Círculos Católicos de Operários e Trabalhadores de São José, em Belo Horizonte, a Confederação Católica do Trabalho; e em São Paulo, os Centros Operários, Todos eles, com influência apenas no operariado local.

Essas organizações só eram permitidas pelas autoridades devido ao seu caráter pacífico. O mesmo não acontecia com organizações operárias de esquerda, que eram constantemente reprimidas, a ponto do Presidente Washington Luiz afirmar que a Questão Social era um caso de policia.

Com a Revolução de 30, uma das primeiras medidas do Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, foi a criação, em novembro desse mesmo ano, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n 19433), que seria o aparelho estatal munido de instrumentos teóricos,

técnicos, racionais, objetivos, etc., capazes de operar a redefinição das leis trabalhistas. Para isso, o Ministério conta com um séquito de teóricos do "Corporativismo".

A teoria corporativista tem como ponto de partida a realidade da luta de classes. Ao constatá-la, porém, a teoria corporativista atribuiu a sua existência não aos interesses conflitantes entre a burguesia e o proletariado, mas à ausência de leis que regulem a vida econômica. Por causa dessa ausência, os homens são abandonados ao seu egoísmo e paixões, e daí o caos.

Partindo desse pressuposto, o corporativismo investe contra o liberalismo por se recusar a limitar esse egoísmo.

A presença do Estado é justificada como um meio de equilibrar a relação entre o patrão e o trabalhador, que, sob o liberalismo, caracterizava-se pela desigualdade real, escamoteada pela igualdade formal de ambos perante a lei. Portanto, a legislação trabalhista, para o Corporativismo, é um instrumento que o Estado dispõe para que seja instaurada a igualdade de direitos. Uma vez que o Estado auxilia a classe trabalhadora, deve por isso, estar imune às oscilações e às questões de ordem política.

Por isso uma das primeiras medidas do Ministério do Trabalho de Vargas, é a imposição, em 1931, de uma nova estrutura que regula a sindicalização da classe trabalhadora.

A lei de sindicalização, chamada por Lindolfo Collor de "a primeira iniciativa sistemática no sentido da organização racional do trabalho, em nosso país", não passa de uma adaptação da Carta del Lavoro, de Mussolini. Nela há separação entre os sindicatos econômicos, dos sindicatos profissionais, não havendo, naturalmente, mais atividade política nos sindicatos. Além disto, só é reconhecido um sindicato de cada profissão, deixando de existir a antiga pluralidade sindical; e o Ministério intervém e controla a vida financeira do sindicato. Como diz um velho militante da época, Everardo Dias, o que se tem são "sindicatos não garantidos pelo Estado, mas a serviço do Estado, tutelados pelo Estado, com administração escolhida adrede pelas autoridades e não por assembléias democráticas, livres de qualquer interferência".

Os sindicatos passam a ser subordinados ao ministério, através de uma série de normas, como a aprovação, por parte do Ministério, dos seus estatutos. Essa "proteção" do Estado junto à classe trabalhadora era muito bem vista pela Igreja, que passa a apoiar integralmente a política social de Vargas.

As iniciativas católicas no campo operário tiveram que adaptar-se a essa nova situação. A publicação da encíclica de Pio XI, Quadragésimo Ano, em 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social vigente, vem

reforçar o posicionamento da Igreja Católica Brasileira de aceitar essa nova situação. Foi em meio a esse momento histórico que surgiram os Círculos Operários Católicos, que muito contribuíram para a consolidação da estrutura política sindical de Vargas.

As experiências anteriores da Igreja no setor social, tinham limitado seu raio de ação a determinados lugares, quando muito a um estado. Faltava-lhes um maior contato das organizações entre si, no sentido de uma coordenação de esforços, para o apoio mútuo. Isso, as tornavam restritas a atividades isoladas. Esta conduta seria um dos primeiros objetivos a ser realizado pelo fundador dos Círculos Operários, o Pe, Leopoldo Brentano.

Além dos objetivos meramente materiais de assistência aos operários, os Círculos Operários tencionavam, também, colaborar com o Ministério do Trabalho nos pontos em que a Legislação Trabalhista era deficiente, e por um dique à influência e infiltração das idéias marxistas.

Poucos meses após o projeto de Alceu Amoroso Lima, que com outros companheiros da Ação Católica estabeleceu as bases da Confederação Nacional de Operários Católicos, no setor sindical, o Pe. Brentano lançou em Pelotas, Rio Grande do Sul, em março de 1932, o seu movimento operário. Ao contrário dos movimentos católicos anteriores, que fracassaram pelo seu individualismo, ele tencionava generalizar a organização a fim de exercer uma maior influência no meio operário.

Para realizar seu objetivo, o Pe. Brentano procurou corresponder-se com Alceu Amoroso Lima, "intérprete do pensamento social do Cardeal Leme", e conhecer as diversas organizações operárias ligadas à Igreja como a "Legião Cearense do Trabalho".

O movimento circulista rapidamente se propagou por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em 1935, no I Congresso dos Centros Operários do Rio Grande do Sul, foi organizada a primeira Federação Estadual que congregava dezoito Círculos espalhados pelo Estado, com 14.000 sócios.

Em 1936, foram fundados Círculos na região industrial de Santa Catarina, e, em fevereiro do mesmo ano, realizou-se em Joinville, importante concentração de operários católicos da qual participou o Bispo de Mossoró, D. Jaime Câmara, que de regresso do Ceará, empenhou-se na fundação de Círculos Operários naquele Estado.

Enquanto isto, no Rio de Janeiro, a Confederação Nacional dos Operários Católicos de Alceu Amoroso Lima, finalmente constituída, organizou uma procuradoria do trabalho para assistir juridicamente aos operariados. Foi nessa ocasião que se lançou o jornal "O CLAMOR", para ser o veículo de difusão das idéias sociais cristãs no mundo operário.

O movimento circulista foi ganhar maior dimensão quando da realização do II Congresso Eucarístico Nacional de Belo Horizonte, em 1936, com a participação das principais Associações Operárias Católicas do Brasil.

Neste Congresso, quatro foram as principais resoluções votadas, às quais, apresentadas a D. Leme, legado Pontifício junto ao Congresso, tiveram sua imediata aprovação:

1. Formação, sem demora, de uma frente trabalhista cristã nacional, a congregar todas as entidades católicas existentes e por organizar;
2. Fundação de Círculos Operários em todos os principais centros de trabalho;
3. Realização de um Congresso Operário Católico Nacional em 1937, no Rio de Janeiro;
4. Requisitar, por intermédio de D. Sebastião Leme, a transferência do Pe. Brentano para o Rio, a fim de promover a execução destas resoluções.

Com a transferência do Pe. Brentano para o Rio, os Círculos Operários, sob o estímulo de uma direção unificada e nacional, propagaram-se rapidamente por vários Estados do Brasil, desde o Norte e Nordeste até o Sul do país.

Em novembro de 1937 realizou-se no Rio o Congresso Operário Católico em Belo Horizonte. Tomaram parte dele 31 delegados, provindos de 9 Estados e representando 40 entidades operárias católicas destacando-se 34 Círculos Operários.

O Congresso de novembro, insignificante, pelo número de congressistas, foi de grande alcance e profundo significado, pelo que nele se resolveu e após ele se executou. As principais resoluções deste Congresso foram:

1. Efetivação definitiva da Confederação Nacional dos Operários Católicos, ideada por Tristão de Ataíde, em 1937, adotando, todavia, moldes um tanto diferentes;
2. Fundação de Círculos Operários em todos os Centros de trabalho, como organização básica para todas as realizações do programa católico no campo econômico-social, por parte do operariado;
3. As organizações operárias de orientação católica já existentes e os Círculos Operários a serem fundados adotarão os moldes de denominação, estatutos, métodos e símbolos oficializa dos pelo Congresso, de modo que terão a mesma bandeira, distintivo, hino, etc.;
4. Os Círculos Operários de cada Estado unir-se-ão em Federações estaduais, às quais filiar-se-ão à Confederação;

5. A CNOC e suas organizações serão aderentes à Ação Católica por intermédio do Secretariado Econômico-Social da mesma AC;

6. Incentivar a formação da JOC, sobretudo nos nossos Círculos e Núcleos, e promover o intercâmbio e colaboração entre os circulistas e jocistas;

7. Ação intensa na esfera sindical, para que todos os sócios dos CCOO estejam e possam colaborar para a prosperidade dos sindicatos e imprimir-lhes uma orientação construtora.

Os Círculos Operários sempre tiveram a simpatia de Vargas e seus Ministros, que desejavam a sua participação no pacto social do populismo.

Salgado Filho, segundo titular do Ministério do Trabalho numa recepção que lhe foi feita em Santa Maria (RS), em 4 de março de 1934, expressou sua simpatia e admiração pela alma do CCOO nos seguintes termos:

"Criando os sindicatos profissionais o governo não impediu nem poderá impedir que estes mesmos sócios se congreguem em associações dirigentes ou tendentes a dirigir as inclinações espirituais; pelo contrário, aconselham mesmo a que assim se organizam porque - eu agora falo pessoalmente - estou convencido que é o único meio de lhes dar feição cristã, quer dizer, de amor recíproco aos seus semelhantes, organização como esta que tendes, com um alto cunho, com um cunho de nobres finalidades, só podem ser de relevância para nós do governo que pretendemos a ordem sobretudo".

Agamenon Magalhães, também, como Ministro do Trabalho, ao encerrar a primeira Semana de Ação Social em setembro de 1936, pronunciou discurso sobre a colaboração necessária entre a Igreja e os Estados, para a solução dos problemas da instrução e da harmonização do trabalho. Do referido discurso destacamos apenas as seguintes palavras:

"Na Constituição de 1934, as grandes correntes nacionais do pensamento católico representam, consagrando na Constituição de 16 de julho, não só a liberdade do ensino religioso como o princípio salutar da cooperação da Igreja com o Estado.

Este princípio de cooperação é que tem orientado o Ministério do Trabalho, coordenando os Sindicatos e estimulando os Círculos Operários, num grande esforço de sistematização da atividade social que não poderá subsistir sem os motivos espirituais de nossa formação que é Cristã e Brasileira.

O Ministro Waldemar Falcão na sua mensagem ao 3º Congresso dos CCOO do Rio Grande do Sul, em abril de 1935 declarou:

"Enquadrando suas diretrizes nos luminosos preceitos do Evangelho, que Pio XI tão bem salientou em seu Quadragésimo Ano, quando indicam ao mundo inquieto e inseguro a solução de sua inquietude e o fundamento da sua segurança, têm os Círculos Operários a certeza de que não erram na maneira como conceber o problema social em nosso país.

Diante desse estreitamento nas relações Estado-Igreja neste período, o movimento circulista se fortalece em todo o país.

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães procurou incentivar os CCOO, contando para isso com a ajuda dos Padres, Pontes Carvalho e José Távora, tendo este, de dezembro de 1938, organizado o primeiro Congresso Operário de Pernambuco.

Contou este Congresso com a presença do Pe, Brentano, do representante do Ministério do Trabalho, Edgar Fernandes; do Prefeito do Recife, Novaes Filho, e do próprio interventor do Estado, além de representantes dos Círculos Operários e dos Centros Educativos Operários, cuja delegação era chefiada por Nilton Pontes.

Em abril de 1939, foi constituído definitivamente o Círculo Operário do Recife, COR, até então existente através dos dois primeiros núcleos: Tamarineira e Prado, sem uma unidade, porém, que justificasse plenamente o título de Círculo Operário do Recife. Na sua primeira Assembléia Geral foram aprovados seus estatutos e constituída uma Diretoria Geral.

Durante o ano de 1939, foram fundados os Núcleos de Gameleira (26 de julho), Torre (22 de agosto), Campo Grande (24 de outubro) e Tejipió (5 de novembro), e, em 1940, o Núcleo de Iputinga (23 de dezembro).

A fundação, em menos de dois anos, de cinco novos núcleos, demonstra o apoio que o Governo Estadual e a Igreja davam ao movimento circulista.

No campo educacional, o COR cria, nos seus vários Núcleos, escolas de alfabetização e aperfeiçoamento de alguma especialização, todas elas com nomes ou de papas ou de pessoas de grande participação dentro do catolicismo. Eram elas: Pio XI (Prado), Pio XII (Campo Grande), Leão XIII (Gameleira), Pierre Colier (Iputinga), Correia de Brito (Tamarineira), Carlos Alberto Menezes (Torre) e Inácio Tosta (Tejipió).

Promovia, ainda, o COR assistência médico-dentária e jurídica aos seus associados, assistência esta feita gratuitamente por vários profissionais liberais que colaboravam com a causa circulista.

A 1º de maio de 1938 era publicado o primeiro número do Jornal Guararapes que, em dezembro deste mesmo ano, teve suas atividades suspensas, voltando a circular, somente, em dezembro de 1939.

No seu segundo ano, o Guararapes só teve publicado um único número - o de dezembro - dada as dificuldades que a nova lei de imprensa - Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP impunha para a publicação de periódicos. Por ocasião do III Congresso Nacional dos Círculos Operários, é que o Guararapes teve do DIP o reconhecimento e aprovação necessários ao seu funcionamento, voltando a circular sob forma de Boletim. Para suprir as dificuldades financeiras deste periódico, Agamenon Magalhães autorizou que a impressão do Guararapes fosse feita nas oficinas da Imprensa Oficial, o que permitiu a sua circulação no terceiro ano de existência.

O COR recebia colaboração não apenas do interventor, através de doações mensais, aumentadas anualmente, como também da Prefeitura do Recife, que passou a fazer doações em dinheiro, mensalmente, a partir de 1940. Além dessas doações em dinheiro, o COR recebeu, também, do Ministério do Trabalho, móveis para a sua sede, O Lar Sacerdotal, por sua vez, na pessoa do Cônego Benigno Lira, fez doação de um imóvel para a instalação e funcionamento do Núcleo do Prado. Em contrapartida o COR colaborava com o Governo em todas as atividades do setor trabalhista, tais como: ajuda no processo de sindicalização do operário, colaboração das suas lideranças na direção do movimento sindical e participação na campanha anti-comunista realizada no decorrer da Grande Exposição Nacional de Pernambuco. No campo religioso, o COR participava ativamente do processo de divulgação e realização do III Congresso Eucarístico Nacional.

Os Círculos Operários tinham participação ativa nas festas cívicas, como nas comemorações do 1º de maio, quando eram realizadas passeatas que percorriam as principais ruas da cidade do Recife, portando faixas de exaltação do novo regime. A toda essa manifestação, Agamenon Magalhães assistia, sempre cercado de vários religiosos, inclusive o Arcebispo D. Miguel Valverde. Reinava a paz em Pernambuco.

O movimento circulista que, em fins da década de 30, atingiu o seu auge, vai entrar em declínio nos anos 40. devido às contradições internas do governo Vargas,

De acordo com o relatório da Assembléia Geral do COR, realizada em janeiro de 1944. e apresentada por seu presidente, Severino Venceslau da Silva, constata-se o declínio das atividades circulistas, com o fechamento dos Núcleos de Tejipió, Torre, Iputinga e suas respectivas escolas de assistência educacional. Evidencia-se, ainda mais, a queda dos CCOO, no relatório de 1946 do COR, apresentado pelo seu presidente, quando do fechamento dos Núcleos da Tamarineira, Gameleira e Campo Grande, juntamente com suas respectivas escolas, restando em atividade, apenas, o Núcleo do Prado.

O crescente aumento da impopularidade do Governo, provocado pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial, e crescente fortalecimento das forças de oposição - representadas pela UNE, comunistas e oligarquias dissidentes - levaram o Estado Novo a um processo de desagregação.

Fazendo um paralelo entre o enfraquecimento dos CCOO a crescente desagregação do Estado Novo, concluiu-se que, sob o Governo Vargas, o movimento operário católico gozou de crescimento e prosperidade sem precedentes, mas, no decorrer da sua queda, este movimento teve um grande declínio.

Outro movimento ligado à doutrina social da Igreja, criado em período pouco anterior ao Estado Novo, por iniciativa de um grupo de católicos, foram os Centros Educativos Operários, que seguiam a orientação do congregado Nilton Pontes,

Assim como os CCOO, os Centros Educativos serviram como mero instrumento da ideologia estadonovista, logrando êxito, no período da ditadura.

NOTAS

1. FILHO, José Cândido. O Movimento operário: O Sindicato, o Partido. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1982, p. 43.
2. Companhia Industrial de Pernambuco. Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro, Papelaria União, 1908, pp. 31-35.
3. Idem, *ibid.*
4. Idem.
5. ROCHA, Tadeu. O fenômeno sindical em Pernambuco, in: Jornal Fronteiras. Recife, 1932.
6. Idem, *ibid.*
7. SCHNEIDER, José Odelson. O Operariado Brasileiro e os Círculos Operários. In: Síntese-SPES, n2 27, Rio de Janeiro, p. 46.
8. KAZUMI, pp. 66-67.
9. Everardo Días, citado por Edgard Carone, in: A República Nova (1930-1937). 32 ed., São Paulo, DIFEL, pp, 146-147.
10. SCHNEIDER, José Odelson. Op. cit., pp. 50-51.
11. Idem, *ibid.*, p. 51.
12. Idem, *ibid.*, p. 52.
13. BRENTANO, Pe. Leopoldo. Manual do Circulo Operário. 22 ed. Rio de Janeiro, 1949, p. 25.
14. Idem, *ibid.*, p. 26.

15. Relatórios da Segunda Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, p. 243,
 16. Idem, *ibid.*, p. 243.
 17. Folha da Manhã. Recife, 2 de outubro de 1938. p. 2.
 18. SILVA, Severino Venceslau. Relatório do Círculo Operário do Recife. Rio de Janeiro, 1941, p. 3 e 4.
 19. Idem, *ibid.*, p. 5.
 20. Idem, *ibid.*, p. 9.
 21. Idem, *ibid.*, p. 10.
-